

DESCOLORINDO AS ESTATÍSTICAS OFICIAIS

Arnaldo Lyrio Barreto

Pós-doutor em Sociologia, Pesquisador do IBGE

e-mail: arnaldo.barreto@ibge.gov.br

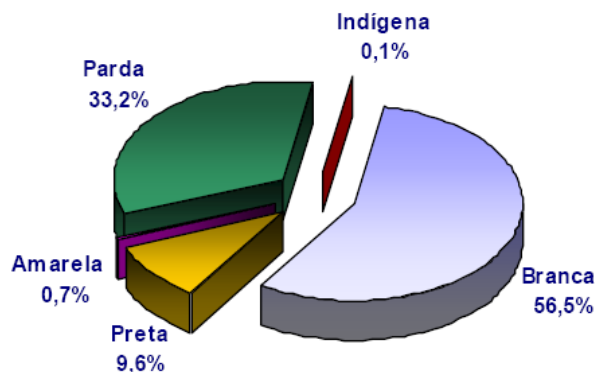
De fato, o homem tem a capacidade de observar a si mesmo ou imaginar suas imperfeições e limitações, aceitando-as ou, mais comumente, buscando minimizá-las ou exterminá-las, desejando a perfeição. Começo assim porque os homens, desde sempre, notaram diferenças em seus corpos e costumes, principalmente entre povos. Engana-se quem pensa e diz que os gregos indicaram as raças humanas baseados na cor da pele. Para Platão, a cor da pele era somente “acidente”, assim como ser homem ou mulher, grego ou egípcio... Foi com o médico francês François Bernier (1625-1688) que publicou *Nouvelle division de la terre par les différentes espèces ou races qui l'habitent* em 1684 que a divisão das raças apareceu no contexto social-acadêmico-científico.

No Brasil o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – órgão oficial para as estatísticas brasileiras – realiza suas pesquisas sociais e econômicas utilizando o quesito cor/raça com as seguintes opções: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Etimologicamente os termos que são designados para caracterizar a cor/raça dos que vivem no Brasil são extremamente frágeis pois supõem que todos os brancos seja *da cor da neve* e assim por diante. Um suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego – PME – de 1998, realizada também pelo IBGE, apresenta um leque muito mais variado de cores e raças. A partir de uma pergunta aberta sobre a qual cor / raça a população pertencia, foram encontradas 143 (cento e quarenta e três) autodenominações diferentes, um número realmente expressivo para quem se acostuma com as 5 (cinco) primeiras categorias descritas neste trabalho. Obtivemos, além das usuais utilizadas pelo IBGE, as cores azul/branca, branca escura, bege, encardida, mel, morena mais para amarela, mestiça postiça, roxa, tostada e vermelha, como exemplos da lista divulgada pelo IBGE (PETRUCCELLI,2000). A aglutinação é, no entanto, válida para estas categorias maiores dentro das 5 (cinco) oficiais.

O IBGE, através da pesquisa PME – Pesquisa Mensal de Emprego, a mesma que em 1988 estudou os termos usados para designar raça e cor, realizou, em 2006, uma pesquisa especial realizando cruzamentos de variáveis extremamente oportunos, como escolaridade, rendimento e raça. Da PME (IBGE, 2006, p.4-5) apresento alguns dados e algumas análises.

Gráfico 1 – Distribuição da população em idade ativa por raça ou cor

Figura 1 - Distribuição da população em idade ativa por cor ou raça para o total das 6 regiões metropolitanas – setembro de 2006



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

A Tabela 1 representa a distribuição da população em idade ativa, por cor ou raça segundo a região metropolitana, e foi colocada somente como ilustração dos quantitativos que o IBGE pesquisou.

Tabela 1 – Tabela da PME sobre número de pessoas em idade ativa por cor ou raça.

Figura 2A - Número de pessoas em idade ativa por cor ou raça segundo a região metropolitana -Setembro de 2006

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Total	39.753.803	3.001.725	2.874.463	4.147.891	10.124.491	16.246.839	3.358.391
Branca	22.441.857	1.074.847	503.011	1.793.399	5.592.665	10.566.729	2.911.204
Preta	3.758.919	176.373	755.562	383.096	1.121.876	1.047.763	274.249
Amarela	278.417	4.842	3.683	8.689	4.646	254.071	2.486
Parda	13.229.972	1.736.593	1.605.676	1.956.819	3.400.509	4.363.967	166.407
Indígena	44.638	9.070	6.531	5.888	4.795	14.309	4.045

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Tabela 2 – Tabela da PME sobre rendimento médio segundo a cor ou raça (em reais)

Figura 18 – Rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal segundo a cor ou raça e anos de estudo por região metropolitana - setembro de 2006

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
<i>Preta/Parda</i>							
s/instrução e c/ menos de 1 ano	409,67	244,67	317,79	357,62	501,79	433,73	371,76
1 a 3 anos	431,01	314,32	341,42	443,65	439,72	483,75	506,92
4 a 7 anos	499,02	376,04	388,93	496,49	491,77	573,99	484,42
8 a 10 anos	556,63	411,19	447,38	541,38	566,96	634,55	606,57
11 anos ou mais	899,64	790,33	908,30	1008,10	898,38	884,22	881,39
<i>Branca</i>							
s/instrução e c/ menos de 1 ano	469,46	507,47	424,93	458,74	392,50	505,98	420,51
1 a 3 anos	514,23	344,76	376,81	443,46	539,00	527,95	520,75
4 a 7 anos	617,05	420,78	702,57	574,43	580,54	666,17	590,71
8 a 10 anos	691,62	582,84	717,61	651,19	642,68	740,56	668,51
11 anos ou mais	1728,38	1381,95	2062,59	1669,72	1751,34	1790,91	1497,11

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Entendo, logicamente, a argumentação do IBGE quanto a não considerar pessoas que se classificaram como de cor amarela e indígena, por serem poucas, mas a de unir pretos com pardos, convenhamos, é uma perda significativa por manter o dueto antagônico branco-preto. Talvez a escolha tenha se dado justamente pelas discussões sobre políticas afirmativas e outras do gênero. Se o pardo é meio-branco e meio-preto, por que uni-lo a um grupo e não a outro. Se houve a pergunta do IBGE quanto à raça/cor, seria melhor então trabalhar cada um com sua cor e não realizar agrupamentos ou supressões.

No entanto, para uma boa análise penso que não devemos levar em consideração, na Tabela 2, as linhas representativas de 11 anos ou mais de estudos, uma vez que mais de 11 anos significa que os empregos podem ser de escolaridade mínima de ensino médio ou de ensino superior, o que não pode ser percebido com essa classificação. Penso que aqui o IBGE pudesse ser mais preciso e indicar empregos de nível superior e empregos de nível médio, uma vez que é sabido, pela própria pesquisa, que existem mais brancos com nível superior do que pretos e pardos juntos.

Além disso, apesar dessa crítica quanto às linhas de 11 anos ou mais de escolaridade, são inadmissíveis disparidades salariais entre pessoas de cores de pele diferentes com as mesmas quantidades de anos de estudo. O que quero dizer é que a estatística da PME enseja uma interpretação rápida e equivocada de racismo no Brasil mas não devemos fazer interpretações rápidas, principalmente com assuntos graves como esse, e afirmo que eu efetivamente não concordo com a forma de lidar com os números, pois eles estão longe de representar a realidade como ela é.

Não podemos comparar todas as pessoas que tem, por exemplo, de 8 a 10 anos de estudo, ainda que de uma mesma região, pois cada uma teve um tipo de educação diferente, que faz, com certeza, uma diferença significativa no momento da contratação. Se a pessoa tem de 8 a 10 anos de estudos, pressupõe-se que ela tenha concluído o ensino fundamental, de 8 anos de duração no ano da pesquisa. Novamente é um pressuposto, pois não há garantias que todas as pessoas incluídas nesta classe tenham sido aprovadas por bom aproveitamento em todos os anos escolares. Certamente muitos ainda estariam na 4ª ou 5ª série, ao invés de ter concluído a 8ª série. Aí é claro que haverá um desnível salarial entre alguém que concluiu

o ensino médio e outro que, apesar de ter ficado de 8 a 10 anos na escola, só chegou à 4ª série. Além disso, deve-se ponderar também o uso da linguagem, a capacidade de raciocínio, a capacidade de escrita e de realizar cálculos e uma série de outros fatores. Portanto, quanto maior for a última série cursada, e não o número de anos passados na escola, mais provavelmente a pessoa vai se redefinindo e aumentando a sua empregabilidade e remuneração.

Para o IBGE(2006), a escolaridade dos pretos e pardos é menor que a dos brancos:

Há desigualdade também nos indicadores educacionais. ...
Em Salvador, onde os brancos e os pretos e pardos apresentaram as maiores médias de anos de estudo, observou-se o maior diferencial: 2,4 anos de estudo a mais para os brancos. Em média, os brancos atingiam o ensino médio e os pretos e pardos sequer concluíam o fundamental.
 Ainda em relação à educação, verificou-se que 20,1% dos pretos e pardos com 10 anos ou mais de idade tinham algum curso de qualificação profissional, enquanto na população branca este percentual subia para 25,3%. (grifo meu)

Tabela 3 – Tabela da PME sobre escolaridade média segundo a cor ou raça

Escolaridade média segundo a cor ou raça - setembro de 2006							
	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Total	8,0	7,5	8,1	7,9	8,1	8,1	8,0
Preta/Parda	7,1	6,9	7,7	7,0	7,0	7,0	6,8
Branca	8,7	8,6	10,1	9,0	9,0	8,6	8,2

FONTE: IBGE,2006.

Já quanto aos rendimentos habituais, segundo a análise do IBGE(2006),

Em relação aos rendimentos habituais, destacou-se que os pretos e pardos recebiam, em média, R\$ 660,45. Esse valor representava 51,1% do rendimento auferido pelos brancos (R\$ 1292,19). ..., mas em Salvador as diferenças foram maiores: ali, os pretos e pardos recebiam pouco mais de 1/3 do que recebiam os brancos. Já Porto Alegre registrou a menor diferença nos rendimentos recebidos. (grifo meu)

Tabela 4 – Tabela da PME sobre rendimento médio segundo a cor ou raça

Rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal segundo a cor ou raça - setembro de 2006

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Preta/Parda (1)	660,45	540,47	644,91	692,70	653,31	694,00	649,40
Branca (2)	1292,19	1046,93	1749,90	1249,95	1293,37	1361,30	1062,95
<i>Razão (1)/(2)*100</i>	<i>51,1</i>	<i>51,6</i>	<i>36,9</i>	<i>55,4</i>	<i>50,5</i>	<i>51,0</i>	<i>61,1</i>

FONTE: IBGE(2006).

Ora, o óbvio saltou aos meus olhos só depois da indignação e da releitura: pessoas com menos escolaridade recebem menos salário. São vários os estudos que afirmam isso, como os de Simon Schwartzman, ex-presidente do IBGE, que creio que tal idéia seja até consenso na população. Não há mistério e nem preconceito racial nisso. Não importa a cor, quem estudou mais muito provavelmente terá um emprego ‘melhor’ e uma remuneração mais alta. Dificilmente alguém com poucos estudos consegue ter um bom salário, mais ainda se for empregado de alguma empresa ou pessoa.

Mais do que isso, existem brancos, pardos e pretos morando em favelas, uns ao lado de outros, em condições idênticas e em boa harmonia, mas não vemos amarelos (ou seus “amarelodescendentes”)... Onde estão morando brasileiros que se disseram de cor de pele amarela? Sim, no Brasil o homem de cor amarela tem realmente mais estudo do que os indígenas, pardos, pretos ou brancos. Se tem mais anos de estudo, pela lógica que apresentei, tem mais rendimento e tendo mais rendimento, não mora em favelas. E é exatamente isso que acontece. O IBGE deveria mostrar mais claramente isso mas não sei porque não o faz, talvez por achar o número de amarelos insignificante mas sua importância é enorme para esclarecer a questão do racismo.

KAMEL(2006) denuncia uma tendência metodológica advinda dos Estados Unidos que aportou no Brasil, na década de 50 do século passado, precisamente pelos autores Oracy Nogueira, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Carlos Hasenbalg, pela qual a ciência deveria mostrar a exploração dos negros sobre os brancos racistas.

A idéia que jazia por trás era que a imagem que tínhamos de nós mesmos acabava por ser maléfica, perversa com os negros. [...] O papel da ciência, “para o bem dos negros”, seria desmascarar isso, tirando o véu da ideologia e substituindo-a pela realidade do racismo. Esse raciocínio levava, porém, ao paroxismo de permitir a suposição de que um racismo explícito é melhor do que um racismo envergonhado, esquecendo-se de que o primeiro oprime sem pudor, enquanto o segundo, muitas vezes, deixa de oprimir pelo pudor. [...] Em vez de ver as nossas especificidades, e diante delas, opor-nos frontalmente à situação americana, Oracy acaba por nos igualar, tornando-nos, como sociedade, tão racistas quanto os americanos. (Kamel,2006, p.20-21, 23).

Raças humanas não existem uma vez que o Homem tem em torno de 20.000 a 25.000 genes e somente 4 a 6 genes é que caracterizam a cor da pele, o que é muito pouco para designar uma outra raça (PENA,2008,p.29-30).

De maneira alguma sou contra as políticas afirmativas brasileiras para minimizar os efeitos de séculos de exploração de pessoas, quer sejam negros, índios ou mesmo estrangeiros. Acredito que seriam menos preconceituosas e, portanto, mais justas, se fossem adotados os critérios sócio-econômicos como forma de reserva ou de desempate em vagas de universidades e de emprego. Melhor ainda se houvesse condições de concorrência idênticas,

com escolas públicas de níveis fundamental e médio decentes e em plenas condições de avaliação junto às particulares: este sim seria o mais justo, o mais igualitário.

Apesar de compreender a complexidade das classificações de cor e raça no Brasil atual e ainda que sabendo que existem, sim, a raça como construção social e diferenças na análise final de participação de pessoas de pele escura e de mulheres na renda, na educação e no trabalho, sugiro, ousadamente, o fim do uso do termo raça, não somente pela argumentação científica de inexistência de raças humanas diferentes mas também, e talvez principalmente, pela vontade de terminar com um possível fosso de separação entre pessoas de cores de pele diferentes. O termo 'etnia' sugere algo mais acertado que os termos de raça e cor, apesar de os três serem usados, muitas vezes com o mesmo significado. Desejo, sim, evitar para o Brasil disputas segregacionistas.

Nacionalmente, portanto, as estatísticas oficiais de raça e cor perdem acurácia e, conseqüentemente, o seu maior valor, que seria o de uma representação aproximada da realidade.

Referências Bibliográficas

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOUAISS. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 1ª edição, 2001.

IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego (PME). O mercado de trabalho segundo a cor ou raça. In: Indicadores IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

KAMEL, Ali. Não somos racistas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O Sistema Classificatório de "Cor ou Raça" do IBGE. In: Textos para Discussão IPEA, nº.996. Brasília: IPEA, novembro de 2003.

PENA, Sérgio D. J. Humanidade sem Raças? São Paulo: Publifolha, 2008.

PETRUCCELLI, José Luis. A Cor Denominada – Um Estudo do Suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego de julho de 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

SANTOS, Ricardo Ventura & MAIO, Marcos Chor. Qual 'Retrato do Brasil'? Raça, Biologia, Identidades e Política na Era da Genômica. In: MANA, 10(1): 61-95, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. Cor, Raça, Discriminação e Identidade Social no Brasil. In: <http://www.schwartzman.org.br/simon/cor.htm>, documento de março de 1998, acessado em fevereiro de 2009.